

Cerimónia de Vinculação à Profissão

Élvio H. Jesus

Funchal, 21 de Setembro de 2010

- Excelentíssimos ...

Em primeiro lugar, quero cumprimentar e felicitar os novos colegas pela conclusão da vossa licenciatura e pelo título profissional que hoje ser-vos-á atribuído - o título de enfermeiro.

Se para muitos de vós, o caminho para aqui chegar não terá sido muito fácil, o que agora iniciam, embora diferente, também requererá muita motivação, empenho, dedicação e espírito altruísta. A responsabilidade inerente à profissão que escolheram e que a partir de hoje estão autorizados a exercer, é muito elevada. Os princípios e os valores consagrados no Código Deontológico e que lhe são inerentes, e aos quais todos vós, enquanto enfermeiros estão vinculados, exigem a reflexão e o aprofundamento contínuos na vossa prática quotidiana.

Os contextos onde ides exercer a profissão são por natureza exigentes, dinâmicos e muito complexos, quer sejam eles os domicílios, comunidades, lares ou hospitais. Os problemas apresentados pelos utentes, famílias ou grupos, e que são da esfera própria de intervenção do enfermeiro, geralmente não são lineares, bem definidos ou estáveis, requerendo muitas vezes, pouco tempo para a tomada de decisão.

Embora sabendo tal não constituir novidade para muitos de vós, gostaria no entanto de vos aconselhar a continuação da aprendizagem, pois, o profissionalismo, a autonomia e a conseqüente responsabilidade que nos é exigida,

não se compadecem com incipientes investimentos na autoformação e na vontade de aprender ao longo da vida.

Numa época de grandes desafios para todos nós, permitam-me uma breve referência aos nossos sistemas formativo e de saúde e sua relação com a Enfermagem.

A profissão de Enfermeiro, com o nível de qualificações da Portuguesa e Europeia, sempre foi e continua a ser, com excepção do nosso país, de recrutamento difícil. E se alguma lição podemos tirar de países que, no passado, por razões meramente economicistas, descuraram esta realidade, é a de que foram muitas e negativas as consequências humanas, sociais e económicas para as suas populações, difíceis de colmatar.

Nesses países, o esforço na cativação dos jovens para o ensino da Enfermagem é actualmente muito grande mas os resultados continuam a ser incipientes. Resta-lhes a opção pela importação de Enfermeiros de países terceiros, muitos dos quais do mundo subdesenvolvido, numa atitude, no mínimo, questionável do ponto de vista ético, porque delapidador dos já de si muito poucos recursos nesta área.

Na Região, a avaliar pelos caminhos que ultimamente tem trilhado, persiste pelo menos a dúvida de que estejamos suficientemente empenhados em não incorrer naqueles mesmos erros. Pelo contrário, as tentativas de desvalorização do papel social dos enfermeiros, particularmente nos CSP, e de prejudicar a imagem social da enfermagem têm sido recorrentes, mesmo nos casos em que todos sabem não estarem envolvidos enfermeiros. São disso exemplos algumas situações tornadas públicas, como nos casos do Centro de Saúde de Stº António e, mais recentemente, o impedimento no acesso dos enfermeiros aos dados analíticos dos utentes.

Também, à semelhança do que se passa, infelizmente, um pouco por todo o país, na nossa Universidade, a avaliar pela dispensa da maior parte dos docentes

mais experientes e pelo excessivo número de alunos face à capacidade formativa instalada, configura-se uma situação que deverá merecer, no mínimo, a inquietação de todos nós.

No que ao segundo pilar diz respeito, uma das temáticas de maior debate na actualidade é a da sustentabilidade dos sistemas de saúde. Uma legítima preocupação que deve merecer a nossa melhor atenção. Todavia, os pressupostos que vão sendo tornados públicos, nem sempre constituem aqueles que do nosso ponto de vista são os mais estruturantes.

Em nossa opinião, o paradigma da doença, ao invés do da saúde e bem-estar das pessoas; do medicocentrismo, em vez do trabalho em equipa e da centralidade no utente, continuam a dominar os nossos serviços e sistemas de saúde. Atente-se ao paradoxo de Portugal constituir o único país a nível mundial onde, por exemplo, nos CSP, existem mais médicos do que enfermeiros na prática clínica, exemplo negativo este que alguns nesta região, ao que parece, pretendem, embora tardiamente, imitar!

De facto, a manter-se o estado actual de coisas, com uma ênfase excessiva na doença, leia-se medicalização dos sistemas e serviços de saúde, o futuro não se afigurará lá muito promissor. Resta-nos a esperança duma melhor reflexão sobre as recomendações da OMS, que aguardamos ver plasmadas nos planos Nacional e Regional de Saúde, 2011-2016.

Se tal não vier a acontecer, de uma coisa estamos convictos: sem reforço do papel e do número de enfermeiros em todos os contextos, particularmente nos CSP, não existirá investimento público e privado que resista. E a universalidade, a qualidade e segurança, a eficiência, a efectividade e a sustentabilidade estarão definitivamente comprometidas!

Outros exemplos não nos faltam para ilustrar estas preocupações:

Lá, como cá, as necessidades em cuidados de enfermagem são imensas, a disponibilidade de novos profissionais vai existindo mas a capacidade efectivamente instalada, por incrível que pareça, continua a ser escassa!

A crise, há muito que tem vindo a ser utilizada para justificar o injustificável, como se pretender “tratar” doentes em condições favoráveis à ocorrência de complicações graves, de dependências ou de mortes evitáveis não fosse exponencialmente mais desumano e mais caro, do que admitir e reter ao serviço os enfermeiros que se vão formando nesta região ou país! Pois, é que tais complicações, de acordo com evidência científica actualmente disponível, aumentam 7% por cada utente adicional atribuído a cada enfermeiro, para além de quatro, nos serviços medicocirúrgicos.

No que concerne o número de enfermeiros da RAM, não obstante a abertura de concursos anuais para admissões no SESARAM, o balanço de que dispomos é que, desde 2006, somente foram acrescentados, em média, 18 novos enfermeiros em cada ano. Um número manifestamente insuficiente para fazer face ao incremento verificado nas necessidades dos nossos utentes, assim como na complexidade dos cuidados, na redução de horários e na abertura de novos serviços.

E não esqueçamos que, por exemplo, no ano transacto, aposentaram-se 39 enfermeiros experientes e que já no decurso deste ano, 19 passaram àquela situação. Além de que, na região, existem cerca de trezentos enfermeiros na faixa etária dos 50-60 anos!

Antes de finalizar, permitam-me uma especial referência à organização do trabalho do enfermeiro nos CSP. Até porque é nossa convicção de que da sua melhor ou pior adequação dependerá o funcionamento, a acessibilidade e a sustentabilidade dos serviços hospitalares. Apesar da falta de profissionais, continuamos a ter dificuldade em compreender a inexistência de, pelo menos do

nosso conhecimento, um plano de curto ou médio prazo, o qual garanta a cada família o seu enfermeiro.

Igualmente não podemos continuar a assistir à insistente tentativa de desorganização da enfermagem familiar e de proximidade geográfica, tão importantes que são para a identificação das determinantes da saúde e para a promoção da saúde individual ou da comunidade. E tão preponderante para a segurança e qualidade das respostas e para a satisfação dos utentes e familiares.

Assim sendo, uma rápida e firme intervenção ao mais alto nível é requerida. Pois não podemos passivamente aceitar, por exemplo, a elevada, e por vezes fatal, taxa de internamentos tardios ou de reinternamentos hospitalares por dificuldades na gestão dos sintomas ou no cumprimento do regime terapêutico, sobretudo nos grupos de pessoas menos favorecidas, de idade mais avançada, dependentes ou portadoras de doença crónica.

Em suma, um modo diferente de organizar as respostas às necessidades em cuidados de saúde, menos hospitalocêntrico, menos medicalizado e, por conseguinte, menos dispendioso para os utentes, familiares e sistema, é importante, urgente e necessária.

Por tudo isto, uma última preocupação gostaria de aqui referir. A da habitual demora na abertura de concursos para os novos profissionais. Compreendemos algumas das razões, mas apelamos a uma maior celeridade nos processos, de modo a que, no mais breve curto de espaço de tempo possível, possamos ver estes enfermeiros a iniciar os seus percursos profissionais, a melhor se prepararem para a resposta em cuidados de enfermagem de que a nossa população tanto necessita.

E para finalizar, gostaria de uma vez mais afirmar que os enfermeiros da Madeira e do Porto Santo sempre estiveram empenhados no seu desenvolvimento pessoal e profissional; sempre dedicaram o máximo dos seus saberes e energia em prol de um verdadeiro serviço público de saúde, ainda que, e em abono da verdade se deva dizer, sem que para tal colocassem como condição primeira a garantia de

recompensas emocionais ou materiais. E, como sempre o dissemos, apesar das necessidades ainda verificadas, orgulhamo-nos de ter na Região Autónoma da Madeira uma óptima comunidade profissional de enfermeiros.

A todos os novos enfermeiros as nossas felicitações e a certeza de que terão da parte da vossa Ordem o apoio estimulante e exigente no caminho da excelência dos cuidados, tal como preconizado no Dec. Lei nº 104/98 e Lei nº 111 de 2009, capítulo VI, consagrado ao nosso Código Deontológico.

Aos nossos convidados, um muito bem-haja e um muito obrigado pela vossa presença.